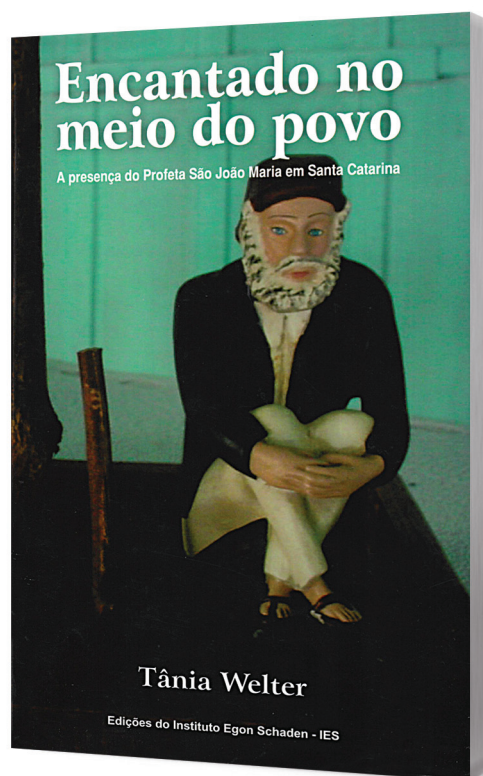


livros



João Maria não morreu...

Encantado no meio do povo: a presença do Profeta São João Maria em Santa Catarina, de Tânia Welter, São Bonifácio, Instituto Egon Schaden, 2018, 344 pp.

João Maria é personagem um tanto desconhecido do público em geral. Embora tenha uma história pessoal rica, que inclui contato com chefes de Estado, como D. Pedro II, e o palmilhar de milhares de quilômetros a pé e por navegação, desde o Peru até o Canadá, sua presença no Brasil foi mais percebida nas províncias meridionais. Ainda que tenha habitado, por algum tempo, na Pedra da Gávea, na Cidade Maravilhosa, e também em Sorocaba, no interior paulista, foi especialmente no sul do país que surgiu uma comunidade joanina, isto é, grupos que transformaram o “monge” (equivalente a “beato” no Sul) em personagem supra-humano, enviado, porta-voz e/ou divino. A presença da crença é percebida “a olho nu”, não apenas pela proliferação da imagem do monge em lugares santificados relacionados a ele (catolicismo rústico) e dentro de matrizes (catolicismo oficial), mas também em nomes de lojas, mercadinhos e pousadas. Subsidiariamente, sua memória é estimulada pelas inúmeras

referências à Guerra do Contestado, na qual está indiretamente relacionado. Isso se explica pela existência de três “monges”, João Maria I e II e José Maria, como veremos adiante. Quem realmente participou da guerra foi José Maria, que se aproveitou da memória de João Maria, já santificada no imaginário do oeste catarinense da época, afirmando ser seu irmão. Contudo, a memória de João Maria foi evocada como “messias” que manifestava os favores de Deus no apoio à causa da Santa Religião “contestada”. A história da guerra é recorrente no discurso catarinense também pela existência de uma Universidade do Contestado, com *campi* nos municípios catarinenses de Mafra, Canoinhas, Curitibanos, Porto União, Concórdia e Rio Negrinho.

A obra de Tânia Welter *Encantado no meio do povo: a presença do Profeta São*

JAIR DE ALMEIDA JUNIOR é professor do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição

João Maria em Santa Catarina é, na verdade, sua tese de doutorado, cujo título é: *O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2007, rearranjada sob a forma de livro. Trata-se da primeira e primorosa publicação do Instituto Egon Schaden, criado em 4 de julho de 2014, cuja sede e acervo se encontram na cidade catarinense de São Bonifácio. Egon Francisco Willibald Schaden foi o primeiro catedrático em Antropologia da Universidade de São Paulo, sendo o originador da cadeira na renomada instituição. A autora, baseando-se em criteriosa pesquisa, percorreu o centro-oeste catarinense visitando os lugares santos ligados a João Maria, e nos convida a sentar no “banco do carona” e ouvi-la narrar os contos e informações mais relevantes das crenças e dos encontros com o santo. Farta e belamente ilustrado, o trabalho é denso e acadêmico. Mais do que a análise da apropriação da figura de João Maria de Agostini no imaginário religioso catarinense, assume os contornos de um guia de religiosidade brasileira popular, pois boa parte daquilo que retrata é comum à devoção do homem simples, habitante especialmente dos interiores do Brasil.

João Maria continua aparecendo não apenas entre praticantes do catolicismo, mas mesmo entre pentecostais. São visitas que objetivam, segundo aqueles que as presenciaram, “ensinar, orientar na fé, batizar filhos e filhas, realizar curas, fazer revelações proféticas, dar conselhos sobre como se preparar para os acontecimentos futuros, entre outras” (p. 15). Destaca a autora que os relatos das aparições sempre explicitavam o relacional, às vezes ligado a um indivíduo,

outras, a um grupo. Reconhece que a literatura atrelada a João Maria originalmente o relacionava às populações da Guerra do Contestado, movimento messiânico ocorrido no sul do Paraná e no meio-oeste catarinense entre os anos de 1912 e 1916. Tânia percebe nesses primeiros registros algo tendencioso. Feitos, mormente, por militares e clérigos católicos, descrevem o sertanejo catarinense como alguém desviado, que precisa ser tutelado. No período da campanha contestada, foram rotulados de “caboclos, matutos, inteligentes, guerrilheiros, fanáticos, loucos, jagunços, humildes, endemoniados, dementes, audaciosos e errantes”. Em momento posterior, conquanto algumas dessas categorias tenham sido preservadas na descrição, agregou-se o aspecto de vítima, herói e trabalhador. Segundo a autora, houve ainda um terceiro momento, quando se procurou dar voz aos atores, procurando fazer os protagonistas falarem, tornando-se alguns, até mesmo, coautores em algumas obras (pp. 18 e 19).

Tânia Welter confessa seu compromisso com a hermenêutica de Paul Ricoeur, bem como com as visões antropológicas de Clifford Geertz, especialmente em sua obra *A interpretação das culturas*, e de Otávio Velho, em *Besta Fera – recriação do mundo*. Dessa forma, adquirindo óculos em tal ótica, por suas lentes assume como fundamento de sua análise de João Maria uma espécie de *reader response*, método que privilegia a compreensão e não apenas a descrição do fenômeno. Assim, a realidade quanto a João Maria é construída e se torna factível na crença de seus seguidores. Em outras palavras, a autora não está à procura do “João Maria histórico”, mas de sua interpretação no imaginário religioso da região pela qual

passou e deixou adeptos. Assim, chamando-os de *joaninos* e *joaninas*, explica que “o acesso aos significados dá-se por meio dos discursos de joaninos e joaninas a respeito de João Maria” (p. 21). Dessa forma, o monge é apenas o fato fundamental do qual inúmeros sentidos se derivam.

Meticulosa em sua análise, a autora realizou apreciável pesquisa de campo em dois momentos, nos quais buscou trabalhar com grupos identitários peculiares. Dessa forma pôde ampliar seu leque de compreensões. Até 2004, dedicou-se a pesquisar uma comunidade cafuza, cuja história se liga à participação na Guerra do Contestado, agora fixada no município catarinense de José Boiteux, bem como a crença de João Maria em práticas religiosas de católicos e pentecostais nos municípios de Lages e São José do Cerrito, as duas no Planalto Catarinense. Também participou de outros eventos religiosos em cidades circunvizinhas. Em um segundo momento, no ano seguinte, buscou pesquisar público envolvido com questões da terra, eminentemente rurais, como a comunidade quilombola conhecida como “Invernada dos Negros”, localidades – áreas rurais de interesse da pesquisadora – e assentamentos de reforma agrária ligados ao Incra ou MST, ou espalhados por vários municípios, todos listados pela autora: Abdon Batista, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Caçador, Campos Novos, Cerro Negro, Correia Pinto, Curitiba, Fraiburgo, Frei Rogério, José Boiteux, Lages, Lebon Régis, Monte Carlos, São José do Cerrito, Santa Cecília, todos na região central do estado de Santa Catarina (p. 22). De seu público-alvo, isto é, os joaninos e joaninas, a grande parte se identificou como católica (94%) e a menor parte, pentecostal (6%). Fato curioso explicitado pela autora é que todos dentre

estes alegaram ter iniciado sua religiosidade no catolicismo, alguns assumindo até alguma posição de liderança laica (p. 26).

No primeiro capítulo, a autora começa seu percurso sobre a análise dos discursos a respeito de João Maria demonstrando sua historicidade, citando o texto de registro de entrada de “João Maria d’Agostinho, natural de Piemonte, idade 43 anos, solteiro, profissão Solitário Eremita, vindo para exercer seu Ministério. Declarou residir nas matas do Têrmo desta Cidade, muito principalmente no Morro da Fábrica de Ferro de Ipanema, e ter chegado no dia 24 de dezembro de 1844” (p. 29). No entanto, não o faz sem antes ancorar sua análise na noção de discurso já indicada de Paul Ricoeur. Nas palavras de Tânia: a “noção de que discurso é ação comunicativa significada e que a interpretação é inerente ao discurso”. Percebe-se que, por esse prisma, a história é uma construção de significados nas interpretações e reinterpretações oriundas de um grupo. Daí as diversas “informações” sobre João Maria, quando o mito invade a história. A presença do monge no Brasil se dá em época de convulsões sociais e políticas, após eventos transformadores da sociedade, tais como a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a chegada de empresas estrangeiras, imigração europeia, o incremento de ordens religiosas, a promulgação da Lei da Terra, entre outros. Na região sul do Brasil, lócus da pesquisa da autora, entre o final do século XIX e o início do século seguinte, a situação dos camponeses foi extremamente agravada pela disposição do governo brasileiro de assentar colonos europeus nas terras devolutas, já ocupadas por populações nativas, bem como pela ação de madeiras que impiedosamente arra-

savam florestas e pessoas. João Maria peregrina por aquilo que poderíamos chamar de uma “curva da história”, desaparecendo da vista do povo quando sai do seu raio de visão. No entanto, ficava a certeza de que ele voltaria pelo mesmo ou outro caminho. Tal convicção gerou diversos relatos quanto ao seu desaparecimento. Para alguns autores, tal ocorreu em 1869, 1875, 1889, 1906, 1908 e até 1933, neste caso, no Paraguai. Com isso, constata Tânia o mistério com que se reveste seu desaparecimento, nunca chamado de morte, embora fosse comum também seu retorno reencarnado. Sabe-se que ideias espíritas eram recorrentes no sincretismo da região. João Maria estava encantado no meio do povo.

Há praticamente uma unanimidade sobre a existência de outro João Maria que teria iniciado suas perambulações no Planalto Catarinense entre 1886 e 1893, e desaparecido por volta de 1908. Esse ficou conhecido como João Maria de Jesus. Possivelmente era de origem síria ou francesa. Comumente se afirma que seu nome real era Atanás (ou Anastás) Marcaf (ou Markaf). Comparando os discursos a respeito de João Maria I e João Maria II, percebe-se uma nova versão do personagem. Enquanto Agostini era mais ortodoxo em suas práticas, devoto de Santo Antônio, o Marcaf encarnou um anacoreta mais assimilado ao modelo dos muitos profetas dos sertões, comuns na época, que incluía a itinerância, o ascetismo, pregação fortemente escatológica, operação de milagres e a aura da imortalidade. Assim, insistia com a prática de penitências e pregava a iminência do fim do mundo, precedido por pragas, guerras e discórdias. Carregava uma Bandeira do Divino, com a qual curava e abençoava pessoas. Parece que reagia contrariamente ao regime

republicano, reconhecendo-o como demoníaco, pois apenas a monarquia era aceita por Deus. Lembremos que o advento da República foi um evento cidadão e motivado por uma minoria. Por não terem participado da mudança política, os sertões desconfiavam da mudança. Foi o retrato desse segundo João Maria que acabou por ser popularizado para a adoração do “monge”, distribuído mesmo entre os ameríndios das etnias kaingang e xokleng, típicos do Sul do país (pp. 32 e 33).

No segundo capítulo, Tânia aborda a comunidade joanina quanto à sua organização, estruturada segundo a apropriação de João Maria como elemento encantador da sociedade, isto é, do mundo. Dessa forma, a autora conclui que esse mundo próprio é regido por uma ótica totalitária, no sentido de que o todo sempre é considerado como mais importante que o particular ou individual. Assim, embora o sujeito ainda guarde suas peculiaridades, a vida é organizada em torno do grupo, por se atribuir à coletividade maior importância. O mundo da comunidade joanina é formado por grupos domésticos ou famílias extensas, cujos vínculos de pertencimento são aqueles comumente encontrados no Brasil camponês, tais como consanguinidade, afinidade, relações de parentesco e de trabalho, e aqueles de substância mística, como o compadrio e a religião. Assim se dava a participação efetiva na coletividade. A criança era responsabilidade de todos, não apenas de seus genitores. Havia adoções, ocorrendo também aquelas “por consideração”, em que a criança “ia ficando” e era assumida pela comunidade. Geralmente o motivo da saída de sua família original era financeiro. Jovens e adultos também poderiam se fixar em outros grupos devido a sustento, saúde ou educação.

Em um mundo hierárquico o uso de pronomes de tratamento é uma regra básica, tais como “tio”, “padrinho”, “compadre”, “comadre”, e mesmo na referência aos que já morreram, como “a falecida”. Além de marcar a posição de cada indivíduo na hierarquia, também estabelecia direitos e deveres dos mais novos em relação aos mais velhos. A geração mais jovem era sempre abençoada pela mais antiga, servindo a religião como instrumento de autoridade e sujeição. A comunidade joanina mostrava solidariedade e reciprocidade, acionadas especialmente em situações de crise ou necessidades que extrapolavam a capacidade do grupo familiar. A religião formatava o grupo especialmente por meio do compadrio, através do qual as famílias assumiam laços de substância mística no cuidado das crianças, criando novas relações de subordinação e obrigações. A comunidade joanina estava basicamente ligada ao catolicismo rústico e oficial, incluindo-se neste sua vertente de “libertação” e o chamado “carismático”.

João Maria ocupa lugar de destaque na devoção herdada dos antigos. Também o duplo batismo era comum, o de João Maria e o do catolicismo oficial, sendo este apenas um referente religioso. O “sacramento não eclesial” era praticado geralmente em fontes santas associadas ao monge, ou em casa - neste caso, devidamente benzida. Pelo rito do batismo, eclesial ou não, introduzia-se o indivíduo às redes sociais, ampliando também as conexões de parentesco. Outra forma de batismo foi observada pela autora, a qual chama de “batismo de cura”, funcionando também como rito de purificação. Fato curioso é que os devotos de João Maria recorrem às almas dos mortos buscando seus favores, da mesma forma que se faz com os

santos católicos: “Assim, estabelecem com elas uma aliança e oferecem orações, preces, velas e flores em datas especiais (como aniversário da morte, nascimento, Dia das Almas) ou em qualquer período, especialmente quando desejam receber ajuda” (p. 68). A relação com o “morto de devoção” é análoga àquela intimidade familiar observada com os “santos de casa” e mesmo com a pessoa quando ainda estava viva. Os mortos não apenas interagem com os vivos, mas interferem. Havia rituais próprios para a devoção às almas. Outras práticas e crenças religiosas da comunidade joanina incluíam a “Reza dos 25”, chamada de penitência e realizada em 25 de março; a “Serenata”, um evento cênico especificamente da comunidade cafuza; o uso de ervas e xaropes cuja “receita” de cura é atribuída a João Maria; e, ainda, as cruces de cedro, símbolo de João Maria, que serviam para proteção e favores, geralmente plantadas à frente das casas.

No capítulo três a autora declara ter a intenção de analisar a construção de João Maria como divindade. Para isso, a comunidade joanina se baseará em: a) suas características físicas e modo de vida – geralmente percebido como um velho, vestido de roupas surradas, tendo modelo de vida simples, itinerante, avesso a qualquer ostentação. Dormia sob a copa das árvores ou em grutas, e também aceitava convite para pousar em casas. Vegetariano, tinha predileção por couve. Tudo isso aproximava sua experiência das condições gerais de simplicidade do povo. O contato com ricos era descrito como ruim, não raro resultando maus-tratos. Dessa forma, João Maria é incorporado não apenas como um de “nós”, mas como figura representativa do grupo. Assim, o “monge” era concebido como parte



Retrato do profeta João Maria
feito por autor desconhecido

da história da comunidade joanina: alguém humilde, piedoso e despegado de bens, religioso ligado aos valores fundamentais do cristianismo, preocupado com a natureza, honesto e cumpridor de sua palavra. Com base nesse perfil, Tânia afirma que não é possível associar João Maria à Guerra do Contestado; b) o discurso sobre João Maria geralmente afirmava que era um eremita ou andarilho solitário, nunca casado, sem irmãos ou irmãs, estilo compatível com a noção de sofrimento e privações, relacionado diretamente à santidade no catolicismo rústico, construção de seu prestígio religioso. No entanto, outros vão afirmar que ele teve irmãos (Frei Manuel e José Maria) e

irmãs (Nossa Senhora dos Prazeres e Nossa Senhora do Patrocínio). Como sua família, todos os seus componentes são igualmente santos; c) integrando sua divindade, João Maria pôde levitar, andar sobre as águas, assumir a forma de animais e operar milagres como multiplicar o alimento, fazer sair água em qualquer lugar e outros sinais. De igual forma, passava incólume nas mais terríveis tempestades, assumindo forma etérea. A comunidade joanina afirma a sua divindade, embora a aparência humana. É onipresente, mas somente as pessoas dignas o enxergam; d) quanto à sua missão na terra, frequentemente assevera-se que João Maria fora enviado ao mundo para pregar a simples religião, a prática do bem e a Palavra de Deus. O objetivo era ajudar pessoas e ensiná-las a pecar menos. Além disso, diz a autora, pode se manifestar como mediador na salvação do ser humano; e) por fim, deve-se dizer que João Maria é imortal. Ele continua vivo, encantado no meio do povo; para alguns, mais precisamente no Morro do Toió, no município de Santa Terezinha (SC), o que explicita a crença da comunidade joanina em “sua capacidade de invisibilidade, imortalidade e sensibilidade para conhecer os humanos” (p. 117). Há também a expectativa de seu retorno. Todas essas coisas são percepções subjetivas da experiência do sujeito religioso em contato com o monge. O acesso místico a ele já é, em si, considerado “uma bênção”. João Maria é assim concebido como entidade híbrida divino-humana, por isso, imortal.

No capítulo quatro, Tânia Welter trata a concepção mais comum e recorrente de João Maria na comunidade joanina: como santo. Nessa qualidade, é chamado de São João Maria, São João Maria de Agostinho ou

Profeta São João Maria. Na experiência dos seus devotos, essa visão do “santo” encontra-se baseada especialmente em capacidades especiais, bem como em suas qualidades e atitudes. Segundo a autora, a devoção ao monge se mostra peculiar especialmente por sua atitude perseverante diante das críticas, pelo senso presencial do santo e por sua integração à cultura histórica da comunidade joanina. As causas de sua santidade são basicamente as mesmas indicadas no capítulo anterior, que lhe conferem divindade: “condição de ambivalente (humano e não humano ao mesmo tempo), opção por uma vida isolada, simples e dedicada aos outros, vida exemplar (religioso, asceta, despreendido, justo), condição de purificado e purificador, poder milagroso de cura, capacidade de imortalidade ou conquista definitiva da vida” (p. 122).

A iconografia de João Maria inclui fotos que o retratam em pé ou sentado, aparência sexagenária, de barba, interno a um recinto ou externo, possivelmente reproduções daquelas tiradas do “João Maria II” pelo fotógrafo Herculano Fonseca em 1898. Traziam inscrições como “Profeta João Maria de Jesus, 180 anos”, “João Maria de Jesus, Profeta com 188 anos”, “João Maria de Agostinho, Profeta” ou “Monge João Maria de Agostinho”. Há também cópias de uma pintura que, por sua vez, reproduz as fotos comercializadas. Comenta a autora que a autenticidade das fotos e gravuras não é preocupação dos devotos. O que importa é sua utilidade para comprovar a existência (realidade?) do santo aos descrentes e como meio de devoção. Algumas dessas “peças” se tornam relíquia de família, verdadeira herança de “patrimônio imaterial”, ao ser recebida das gerações anteriores. Curiosa é a

“semiótica” praticada pelos devotos a partir da imagem, concluindo que João Maria era homem manso, bondoso e religioso, devido à sua cor alva e santa, sua simplicidade de vida e renúncia. Também há imagens, em geral, reproduzindo a mesma cena das fotos, em gesso, madeira, pedra, grafite, tecido, e mesmo pinturas em tela, geralmente expostas em lugares “nobres” da casa, sozinhas ou na companhia de outros santos. Ademais, há estátuas e pinturas maiores em santuários visitados pela pesquisadora.

O universo da comunidade joanina inclui lugares santos, geralmente locais onde se diz que João Maria havia pernoitado. Também há objetos sacralizados pela crença de seu contato com o santo. Fontes são especiais: “Ouvi diversas vezes que a fonte de água de João Maria nunca seca, simbolizando fonte inesgotável de vida, purificação, salvação e cura” (p. 126). São inúmeros os relatos das graças alcançadas. Decorrente do reconhecimento de um lugar santo vem a edificação de algum símbolo, na forma de capelas, ermidas e oratórios. Alguns desses lugares são reconhecidos pelo poder público municipal ou estadual, turismo religioso que enseja atos coletivos como missas e procissões, mas também individuais, como lugar preferencial para batismos e terços. Percebe-se o envolvimento da iniciativa privada na manutenção de alguns dos “lugares sagrados”. Digno de nota é que João Maria assume os contornos de “entidade de fertilidade”, pois a água de João Maria também é usada para tornar a terra mais fecunda, associada à prática de depositar a semente no solo em forma de cruz. Qualquer alteração no suprimento de águas pode estar associada ao “castigo de João Maria”, devido a maldade ou des-

crença, ou à presença de pessoas em pecado. Juntam-se à cruz de cedro e à água sagrada, outros objetos na forma de “reliquias”, tais como castiçal, cachimbo, panela, pedaço de sua barraquinha, bastão e talheres, e, ainda, orações que teriam sido proferidas por ele, todos detentores de algum poder místico, desde a doação de graças até a purificação e proteção. Os devotos de João Maria geralmente levam junto ao corpo as orações do santo, mas também são encontradas nas casas, em paredes e em portas. Entre os kaingangs da aldeia Xapecó (SC) há xamãs que têm João Maria como seu principal guia. Quanto à devoção, o santo está presente nas casas dos devotos como uma espécie de tradição familiar, mas não imposta, ocupando lugar de destaque em altares e oratórios. Tal devoção, como vimos, estende-se aos lugares sagrados. O devoto também poderia lhe fazer alguma promessa. Destaca-se que, diferente dos demais santos, João Maria visita frequentemente a região, tendo encontrado vários dos componentes da comunidade joanina.

Segundo Tânia Welter, boa parte dos devotos de João Maria o concebe não apenas como santo, mas também como profeta, assunto analisado no capítulo cinco. É assim que há “possibilidades múltiplas de identificação a partir das mesmas capacidades: enquanto alguns o identificam com Deus e outros com Jesus, há aqueles, ainda, que o concebem como um profeta enviado de Deus” (p. 145). Atesta a autora que o profetismo é majoritário entre os crentes pentecostais da comunidade joanina, que o reconhecem como santo: “São João Maria”. No entanto, para “fugir” da associação com o catolicismo, o pentecostal dirá que é o profeta São João Maria. Para a autora, aparente-

mente, esses adeptos evangélicos guardam as raízes de sua primeira formação, católica. Seu profetismo está associado a seu carisma, conforme a concepção weberiana: por sua vocação recebida por revelação divina, por ser enviado diretamente da parte de Deus (como Jesus Cristo), por sua missão de percorrer a terra e por sua capacitação especial e sobrenatural para a realização de sua obra. Era pessoa do povo, itinerante, missionário, profeta mestre e profeta apocalíptico. O discurso profético atribuído a João Maria era estruturalmente metafórico, apresentando uma espécie de declaração solene, seguida de explicação. Os temas eram variados, tais como: a) alterações no grupo familiar e social; b) novidades tecnológicas; c) privações; d) mudanças climáticas e catástrofes ambientais; e) guerras; f) o fim do presente mundo; e g) o surgimento de um novo mundo.

No capítulo seis, a autora se dedicará a analisar a apropriação de João Maria pelas lideranças políticas e sociais. Para tanto, lançará mão de alguns discursos produzidos em largo recorte temporal, que abarca desde a Guerra do Contestado até as pastorais da terra e movimentos sociais na década de 70 do século XX. Seu lócus continua sendo Santa Catarina. A autora novamente explicita seu compromisso com a leitura ricoeuriana, justificando a multiplicidade de significações com respeito a João Maria. Destarte, mostra o envolvimento da Igreja Católica Romana (Icar) na Teologia da Libertação, em seu formato sul-americano, uma espécie de opção divina pelos pobres. Segundo a autora, tal seria uma reação ao regime militar, visando a amparar “populações empobrecidas e grupos discriminados”. Os movimentos que surgiram nessa época, en-

tre 1964 e 1985, eram fortemente marcados pelo socialismo. No ambiente religioso, é principalmente fruto da esquerda da Igreja Católica: “É chamada Igreja da Libertação que se reivindica ecumênica, pluralista, secularizada e convicta da organização da sociedade a partir dos trabalhadores, que são considerados como protagonistas da história” (p. 180). Intrinsecamente comprometida com os ideais do Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965 (e ainda da Conferência de Medellín de 1968), preconizava a construção de uma sociedade que extinguisse a propriedade privada dos meios de produção, vista como um veículo de dominação e de exploração. O método de se fazer

ouvir e de pressionar por mudanças era a mobilização de massas. Vários movimentos populares e democráticos surgiram na esteira dessa ótica “cristã-marxista”, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); o Movimento de Mulheres Campesinas (MMC); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); e o Movimento Nacional pelos Direitos Humanos (MNDH). Várias estratégias foram utilizadas para divulgação e convencimento, desde recursos pedagógicos e discursos até a utilização do místico, ou seja, ritos, mitos e símbolos. Esse “fazer político” reunia em si a fé e a vida, uma Igreja da Libertação com-

Reprodução



Painel *Monge João Maria*, de Elizandra Poleza e Ivonete Fontana, 2004, Biblioteca Pública de Curitibaanos

prometida, acima de tudo, com as causas sociais, isto é, com o mundo dos homens e não com o reino de Deus. Dessa forma, especialmente no contexto catarinense, recupera-se e contextualiza-se a Guerra do Contestado, atribuindo contornos ancestrais à causa atual. Nos arraiais católicos, a libertação social só poderia ser justificada em liberdade hermenêutica, em flagrante descompromisso com a literalidade e a historicidade do texto sagrado. O resultado foram enérgicas reações da ortodoxia católica. O monge, por seu turno, transforma-se em homem de luta social, não apenas sacralizado, mas politizado. Nesse novo “formato”, João Maria passa a ser o padroeiro da capela do Assentamento Contestado, no município de Fraiburgo, em 2004.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) também se apropriou da figura de João Maria para ressignificá-la com o perfil de herói esquerdista, nos moldes da Teologia da Libertação. Tal atitude não ocorreu sem gerar fortes e imediatas reações dos setores mais ortodoxos da Icar. Os agentes da CPT não apenas promovem sua causa estimulando outras entidades a assumirem a mesma postura ao lado dos agricultores, mas prestam assistência jurídica, social, sindical, e pastoral-teológica. Surgiu então a Romaria da Terra, uma “marcha religiosa” de cunho político-social que congregava em seu dossel ameríndios, posseiros, sem-terras, pequenos agricultores, homens do campo em geral e aqueles atingidos por barragens. Dá-se início a uma “liturgia social”, tendo como principais fundamentos a fé e a política: “A estrutura litúrgica de uma Romaria da Terra é semelhante em todas as regiões do Brasil: 1) concentração inicial e grande momento de abertura da romaria; 2) procissão ou ca-

minhada; 3) festa de encerramento” (p. 190). Os detalhes serão determinados segundo o relacionamento da CPT local com a diocese que a jurisdiciona. Empunhando bandeira política, João Maria passou a ser o ícone catalisador da esperança do homem da terra, líder e santo, herói e mediador.

O MST também sacralizou João Maria para lhe atribuir contornos político-sociais. A autora informa que uma liderança desse movimento reconhece o monge como um genuíno líder da luta pela terra, clara releitura social por lentes esquerdistas: “(...) porque era homem carismático, eticamente correto, tinha caráter, era dedicado ao povo, solidário, sonhador, lutador, religioso, humilde, moralmente impecável e determinado na luta pela defesa dos direitos dos excluídos, especialmente daqueles que estavam perdendo as terras para empreendimentos estrangeiros como o Sindicato Farquhar” (p. 200). Em instituições de ensino dirigidas pelo MST, ensinava-se a pensar segundo a ótica social. Na Escola Agrícola localizada em Fraiburgo, constituíram-se “brigadas”, grupos encarregados da realização das várias tarefas da instituição que, no primeiro semestre de 2005, foram nomeados pelos alunos como Karl Marx, Che Guevara e João Maria. É certo que dificilmente alguém poderia ladear o João Maria de Agostini, que chegou a Sorocaba em 1844, com os dois citados. Tal só é possível através de uma hermenêutica livre e marxista. Na lista de apropriações políticas da figura do monge, Tânia destaca, por fim, o projeto de recuperação da memória do Contestado. Pensado como parte da campanha de Espiridão Amin ao governo do estado de Santa Catarina em 1980, recorre à idealização da Guerra do Contestado como representação

dos valores dos “vencidos” na construção de uma identidade catarinense. Tânia Welter, nascida em Santa Catarina, esclarece que o candidato representava as elites, mas lançou plataforma de governo estribada na “opção pelos pequenos” e na “participação comunitária”. Vencedor no pleito, o governador reafirma seu compromisso com a justiça valendo-se da figura icônica do “jagunço” do Contestado como padrão do homem catarinense, especialmente indicando nele seu espírito comunitário, o repúdio a toda forma de opressão e sua aspiração por liberdade. Para tanto, durante seu governo (1983-1986) criou o Projeto Contestado a fim de resgatar e afirmar a “memória contestada”. Foi um resgate eminentemente histórico, sem associá-lo às lutas contemporâneas pela terra.

O capítulo sete aborda o aspecto mais plástico de João Maria, a apropriação da imagem do santo em obras de arte, monumentos, santinhos, placas, fotografias e desenhos, a estética, mas também a *performance* em expressões teatrais, poesia, música, espetáculos de dança, documentários e filmes de ficção, estratégias para aproximar João Maria da sociedade e atrair sua simpatia ao santo. Essas expressões com relação ao monge tiveram início na década de 70, em plena ditadura, mas se popularizaram na década seguinte, na esteira da abertura política e do surgimento das pastorais da terra e movimentos sociais associados a João Maria: “Desta maneira, parto da compreensão de que os discursos expressivos, envolvendo as imagens e os símbolos de João Maria, não são formas ingênuas de expressão de uma tradição local ou devoção pessoal, mas formas de forjar ou popularizar ideias formuladas a partir de referências concretas” (p. 208). São apropriações que visam

à transmissão de uma mensagem. A autora lista os principais “discursos expressivos” referentes a João Maria em museus, galerias, santuários, lojas e lugares de menor expressão. No topo de sua lista está o Museu do Contestado, na cidade catarinense de Caçador, onde também há peças da Ferrovia do Contestado. Soma-se a isso a “Gruta de João Maria – o monge do Contestado”, na cidade de Fraiburgo. Há também, em Campo Novos, a estátua de João Maria comercializada pela própria matriz da cidade, cerca de 20 centímetros de altura, mas com aparência europeizada: olhos azuis, pele clara, barba bem aparada, nariz afilado, vestindo camisa e calça branca, com paletó e gorro escuros. Tânia Welter avança duas possibilidades para essa adaptação: motivação comercial, visando a identificar João Maria com outros grupos; ou intenção de aproximá-lo da imagem de Cristo, conforme representada tradicionalmente no catolicismo (p. 219).

Outra localidade destacada pela autora é uma praça no bairro conhecido como “Águas Santas” no município de Curitiba, onde há uma fonte e já houve uma capela devotada a João Maria. Hoje conta apenas com local para acender velas. Trata-se de monumento erigido pela prefeitura no final da década de 90 do século findo. A cidade foi palco de grande violência durante a Guerra do Contestado, por ser “lugar de poder” judiciário, centro administrativo e local de ostentação econômica. Em setembro de 1914 foi quase inteiramente incendiada pelos adeptos da “santa religião”. Por esse motivo, comenta Tânia, boa parte da população tem uma visão pejorativa da adoração a João Maria. Outra localidade visitada pela autora fica nas proximidades da área urbana de Lebon Régis, na Rodovia Luiz Dacol Filho (SC

453) em direção a Fraiburgo. Há uma placa indicando o “Capitel Monge João Maria”, pequena capela bem visitada contendo uma imagem do monge, ladeada de um ídolo de Nossa Senhora Aparecida e outro de Iemanjá. Visíveis estavam os restos de velas, comprovando a utilização constante da capela. De igual forma nota-se a convivência pacífica das devoções religiosas afro-brasileiras no ambiente católico popular. A presença de água do lado de fora mostra que ali foi um lugar de pernoite de João Maria. Outro local destacado pela autora fica próximo à cidade de Lages, no quilômetro 236 da BR 116. Sua visita em março de 2005 coincidiu com o período de construção de um santuário dedicado a São João Maria. De iniciativa de um empresário residente na região, mostrava uma estátua do monge em tamanho natural, reproduzindo a foto de Anastás Marcaf sentado, um canteiro de ervas medicinais, um olho d’água e um espaço para meditação. Mesmo durante a construção e estando o lugar ainda inacabado, a visita de devotos já havia se iniciado. O idealizador aproveitou para explorar comercialmente o local, associando ao santo os produtos ali vendidos. Continuando sua “peregrinação”, a pesquisadora visitou também Campo Belo do Sul, região serrana onde há diversos “pocinhos”, fontes, grutas e cruzeiros reconhecidos como locais ligados a João Maria. Para lá acorrem fiéis para devoções e rituais, mesmo das alas progressista e conservadora do catolicismo. De forma análoga ocorre com a localidade conhecida como Nove de Maio das Águas, no município de Cerro Negro.

A apropriação cenográfica de João Maria pode ser observada tanto no cinema quanto no teatro. Quanto à primeira há diversas produções, tanto curtas quanto lon-

gas-metragens. O foco de tais produções geralmente recai sobre a Guerra do Contestado, fazendo ligação do “monge” com o conflito armado. Quanto às peças teatrais, elencam-se as duas mais conhecidas: *O Contestado* (Paris/São Paulo, 1971-1972) e *O Contestado – a guerra do dragão de fogo contra o exército encantado* (São José, 2003). A primeira sofreu com a censura, mas foi reproduzida e remontada diversas vezes entre os anos 1972 e 2006: “O texto da peça apresentou as dúvidas, revoltas, formas de corrupção, medos, frustrações, alegrias dos sertanejos”. Quanto a João Maria, “foi citado do começo ao fim da peça representado como santo, benzedor, monge ou profeta. Ele próprio aparece profetizando, abençoando, batizando, pedindo penitência e orientando” (p. 227). O santo é também mostrado como catalisador das esperanças temporais do sertanejo, que sofria ora com infestação de ratos e falta de comida, ora com problemas relativos à terra, como a falta de documentos e a exploração por parte de coronéis e comerciantes. Há plena empatia entre o sertanejo e João Maria, que, mesmo quando desaparece, nunca morre. A autora destaca na filmografia a película *Guerra dos pelados* (1971), na qual o monge é retratado como curandeiro, peregrino e profeta que viveu tempos antes da eclosão da guerra. Além desse filme, Tânia Welter cita dois documentários: *Contestado, a guerra desconhecida* (1984-1985), ligado ao governo de Espiridião Amin, e *Terra cabocla* (2015). O primeiro mostra a população “contestada” como jagunços rebelados por terem sido expropriados de suas terras. Já o segundo procura refletir sobre os “herdeiros” atuais da Guerra do Contestado da população catarinense. Com respeito a músicas,

poesia e danças, João Maria é tema recorrente, desde “décimas e desafios”, repentines, passando por manifestações folclóricas, até produções envolvendo dança e artes cênicas, como as que ocorrem na Festa do Contestado, no município de Irani.

No último capítulo, a pesquisadora explica a importância do uso de suas referências teóricas no “ouvir” e “falar” de João Maria, externando, como apontamos desde o início, seu compromisso principalmente com a hermenêutica de Paul Ricoeur. Também são citados como “ferramental” para sua pesquisa Max Weber e Clifford Geertz, dentre outros.

João Maria de Agostini foi um peregrino das Américas. Sua devoção e entrega incondicional ao chamado que havia recebido da Virgem o levaram a uma vida impactante por onde passou. Falando-se especificamente de Santa Catarina, embora jamais tenha pretendido a criação de um “mito”, foi assim assumido pelo homem simples do campo,

assimilando contornos que se sobrepõem, algum grau entre o humano-divino ou o divino-humano. Destarte, foi concebido por muitos, desde a Guerra do Contestado até os nossos dias, como divino, messias, santo e/ou profeta. A livre interpretação da figura de João Maria torna-se “histórica” na devoção de seus seguidores, levando a práticas religiosas, vínculos sociais e familiares, elementos formadores da sociedade. Embora desde Max Weber se fale do “desencantamento do mundo”, tal não ocorre no mundo de João Maria. O livro de Tânia Welter serve para mostrar a atualidade da religião, uma necessidade para lidar com as pressões da vida e da morte. A comunidade joanina convive com o santo, alguém visto com alguma frequência em encontros casuais com devotos, no xamanismo kaingang e no subjetivo do joanino que o concebe vivo pela fé. De fato, João Maria não morreu! Ele está encantado no Taió! De lá visita seus crentes e de onde também regressará definitivamente um dia.